

Mercado acredita que movimento de queda da taxa de juros não comprometerá o combate à inflação, mas receia que decisão de acelerar investimentos enfraqueça os fundamentos da política econômica

O temor da gastança

LUÍS OSVALDO GROSSMANN

E LUCIANO PIRES

DA EQUIPE DO CORREIO

Pressionado pelo desempenho ruim da economia no terceiro trimestre, quando o Produto Interno Bruto (PIB) recuou 1,2%, o governo anunciou ontem a liberação de R\$ 2,8 bilhões do Orçamento, ainda em 2005, em recursos para ministérios, estados, municípios e emendas parlamentares. Sob a perspectiva de um fim de ano fraco, pois o PIB do quarto trimestre ameaça ficar em 0%, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem insistindo em ajustes que permitam a rápida queda dos juros e, simultaneamente, na ampliação dos gastos públicos.

Para analistas, porém, a estratégia pode ser um tiro no pé. "Se você quer manter a economia em trajetória de crescimento, o caminho é exatamente o

contrário. Deveríamos manter o aperto fiscal e relaxar o aperto monetário, para facilitar os investimentos a quem deve fazê-los e sabe gastar melhor, que é a iniciativa privada", acredita o economista-chefe da consultoria Global Invest, Pedro Paulo Bartolomei da Silveira.

Silveira acredita que a flexibilização gradual da política monetária — leia-se redução da taxa de juros Selic — não comprometerá as importantes conquistas obtidas no combate à inflação e na preservação do crescimento econômico. "Se ampliarmos os gastos agora, teremos logo em seguida o recrudescimento da política monetária, como vimos em 2004. Isso não resolve o problema, apenas nos mantém no eterno sobe e desce", completa o economista.

Guardião da política monetária, o Banco Central, e especialmente o diretor da área, Rodrigo Azevedo, defende essa linha de

José Varella/CB/19.10.04



AZEVEDO: QUEDA CONTINUADA DA INFLAÇÃO ABRE ESPAÇO PARA JUROS MENORES

raciocínio que privilegia a redução dos juros. "Se o atual cenário benigno da inflação conti-

nuar nos próximos anos, haverá muito espaço para nós baixarmos a taxa de juro real", afirmou

Azevedo em Hong Kong, onde participa de reuniões com investidores. Nos últimos três meses, a taxa recuou pouco, de 19,75% para 18,5% ao ano. Entretanto, o resultado negativo do PIB no terceiro trimestre aumentou as expectativas de que os juros poderiam passar a cair mais rapidamente.

Eleição

Ontem, em reunião no Planalto, o governo sinalizou com o aumento de despesas ao decidir liberar R\$ 2,8 bilhões para despesas de ministérios, emendas parlamentares, compensações aos estados e municípios. O anúncio prevê a utilização do dinheiro ainda este ano, mas grande parte deve mesmo ficar para 2006. Além disso, há mais dinheiro no caixa — cerca de R\$ 5 bilhões em recursos retidos — que também devem ser utilizados no ano que vem, período de disputa eleitoral.

"Vamos aumentar o limite de gastos dos ministérios, liberar recursos para emendas parlamentares e reservar limites para empenho de forma a permitir o trabalho em janeiro e fevereiro", explicou o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

Os ânimos eleitorais preocupam um pouco, pois a depender dos gastos, a economia pode ficar mais fragilizada e não mais forte. "Seria ruim para o governo dar um sinal nessa direção. A relação dívida/PIB tem mostrado resistência para recuar e não há mais espaço para aumento na carga tributária, ou seja, fazer ajuste fiscal com arrecadação. A preocupação maior será com o salário mínimo. Caso o governo, por conta do período eleitoral, reajuste o salário acima da inflação, será preciso cortar em outro lugar", diz o economista da consultoria Tendências, Guilherme Loureiro.